

“Não vou ficar de braços cruzados”

Comenta-se aqui e ali, que o presidente Fernando Henrique Cardoso às vezes se exalta quando está guardado pelas quatro paredes do seu gabinete, no Palácio do Planalto. Em conversas com a imprensa não há registro. Raramente, mesmo quando provocado, ele se irrita. É o estilo. FH só altera a voz, sem perder, no entanto, a elegância, quando dizem que no seu governo mandam ele e o senador Antônio Carlos Magalhães, o ACM; “Isso é conversa fiada pra boi dormir. Dentro do governo, a influência que o ACM tem, administrativamente, é correspondente à força que um senador importante tem. Como qualquer outro. Ele não participa de nenhuma decisão, nada, não se mete no governo. O presidente sempre fala com entusiasmo do governo que faz. Um entusiasmo que, em raras exceções, contamina os interlocutores mais céticos. Ele agora anuncia, depois de um ano quase só de tormentas, o destaque que pretende dar à reforma política nas futuras iniciativas, em conjunto com o Congresso, e os estudos sobre mudanças no salário mínimo que quer efetivar em maio. Explica as suas razões para não apoiar uma campanha do parlamentarismo agora e pede que não se confunda o debate sobre a mudança de sistema de

governo com seus objetivos políticos. Justifica o envolvimento que terá, no momento oportuno, na sucessão presidencial. “Quando chegar o momento, não vou ficar de braços cruzados.” Timidamente, o presidente abraça o teste da existência de senador vitalício para os ex-presidentes. Sentado na varanda da residência oficial da Gávea Pequena, no Rio, onde se hospeda neste fim de ano e fim de milênio, ele falou longamente, na tarde de quinta-feira passada, sobre o passado, o presente e o futuro, dele e do governo que comanda. Outro assunto que apaixonou o presidente é a defesa do seu estilo não-apaixonado de governar e tomar decisões. “O Brasil não pode ser governado por gente que toma decisões precipitadas, porque cria uma instabilidade no país.” Em duas horas de conversa com Fritz Utzeri, Maurício Dias, Dora Kramer e Rosângela Bittar, do JORNAL DO BRASIL, Fernando Henrique Cardoso disse que a estabilidade da moeda é coisa antiga. O governo, diz, tem que se jogar agora na agenda social e entrar forte na questão da Ciência e Tecnologia. FH acena com planos que envolvem do agrobusiness à ação conjunta Brasil e Argentina nas áreas espacial e biogenética, além da biodiversidade na Amazônia.



Fernando Bizerra Jr.

PARLAMENTARISMO
“Há várias correntes no Congresso que querem. Mas o governo não se move nessa direção.”

FUTURO
“Acho que para o desenvolvimento econômico as bases estão lançadas. Temos que jogar agora na agenda social.”

SALÁRIO MÍNIMO
“A confusão é que estão pensando que nós vamos tugar o aposentado. Tem que haver salário mínimo, tem que haver reajuste.”

POPULARIDADE
“Tivemos uma crise tremenda. Durante os quatro anos passados, com os erros que eu possa ter praticado, eu tinha uma aprovação muito grande.”

— Em termos de popularidade o senhor teve um ano horrível, com baixa popularidade. Onde o senhor errou?
— Eu errei em muitas coisas, mas não é por isso.
— Então como se explicam os índices...
— Tivemos uma crise tremenda. Durante os quatro anos passados, com os erros que eu possa ter praticado, eu tinha essa aprovação muito grande, acima do que era normal. Por que? Porque havia uma situação objetiva melhor. Onde é que houve a queda da popularidade? Na crise da moeda. E as consequências disso, a insegurança, o medo.
— No primeiro mandato...
— O que aconteceu no primeiro mandato? Não levou. Isso não foi só ele. Todo mundo tenta; agora, decisão, não. Segundo, cada um tem o seu estilo. Eu não tomo decisões precipitadas. Não gosto.
— Há um sentimento no país de que o senhor divide o poder com o senador Antônio Carlos Magalhães, e que o senhor não gosta de tomar decisões.
— Há sete anos que eu tomo decisões sobre o Brasil, com as mesmas características. Por que é que de repente agora se descobriu tal coisa? Não é verdadeiro. Quanto à divisão do poder, isso é conversa fiada pra boi dormir. Por que? Vocês sabem muito bem. Dentro do governo, a influência que o ACM tem, administrativamente, é correspondente à força que um senador importante tem. Como qualquer outro. Ele não participa de nenhuma decisão, nada, nem se mete no governo.
— Por quê?
— Acho que o Brasil não pode ser governado por gente que tome decisões precipitadas porque você cria uma instabilidade no país. E nós tivemos muitos exemplos disso e os resultados quais foram? Geralmente negativos. Eu mudei muita coisa no Brasil. Inclusive o marco jurídico, quase tudo, muita coisa, no meu estilo, sem alimentar dificuldades. Tenho esse estilo de não alimentar dificuldade. Nem provocar crises. Eu acho errado. Eu acho mais, eu acho que não mais com o Brasil, isso é o estilo velho. Estilo caudilhesco. Esse estilo de “bateu levou”, ou de “eu sou machão”, isso é antigo. Isso é para um país que não tem ainda o grau de sofisticação que nós já temos.

— Em que o senhor vai apostar daqui para a frente?
— Eu acho que para o desenvolvimento econômico, as bases estão lançadas. O governo tem de se jogar agora é na agenda social. Fazer mais barulho com relação a isso e também com o que falta, os buracos que existem. Mobilizar.
— Tem algum buraco que o senhor já divisa com mais clareza?
— Olha, eu acho, por exemplo, que nós tinha-

mos de entrar muito fortemente na questão de ciência e tecnologia. Muito fortemente. Eu propus ao de La Rua (presidente da Argentina) que nós fizéssemos uma ação conjunta Brasil e Argentina na área espacial e na biogenética, além do agrobusiness. O foco tem que ir por aí.
— O Brasil não tem política científico-tecnológica.
— Tem, mas é fraca.
— Sendo esse o foco, qual é a ação?
— Acho que nós precisamos pegar esses recursos e dar linha. Mas o Governo precisa ter uma política de desenvolvimento científico e tecnológico. Não pode mais haver disputa entre o governo e a iniciativa privada, tem de haver casamento. Obviamente a universidade vai fazer pesquisa de base.
— Quais seria a tarefa do ministro Sardenberg (Ciência e Tecnologia)?
— A questão espacial. Continuar nos projetos que o Brasil tem capacitação, para a exploração do espaço. Alcantara vai ser precursora, eu mesmo já me empenhei nisso até junto ao presidente Clinton (Estados Unidos).
— E a Amazônia, com a biodiversidade?
— Também. Outra coisa é na informática. Nós fizemos a Internet 2, que é importantíssima. O futuro depende disso. Então, são coisas bastante concretas nessa área. E isso vai implicar também o Paulo Renato (ministro da Educação). Ele sabe disso, conversei com ele para mexer mais com as universidades.



DECISÕES
“Acho que o Brasil não pode ser governado por gente que tome decisões precipitadas porque você cria uma instabilidade no país.”

— O governo pretende mesmo desvincular o salário mínimo dos benefícios da Previdência?
— A ligação do salário mínimo com a Previdência está na Constituição e não vai mudar. Do outro lado, há o setor privado, cujos pisos já não são mais o do salário mínimo. Não há nenhuma razão para o setor privado ficar amarrado a um salário que está baixo, não porque o mercado não pode pagar. Não há razão para se manter o setor privado nessa amarra, mas você não pode deixar os aposentados sem reajuste.



ELCIO ALVARES
“Eu não vi nenhuma razão para demitir o Elcio Alvares. O que o Elcio Alvares fez de errado?”

— Qual é o problema, então?
— A confusão é que estão pensando que nós vamos tugar o aposentado. Não pode. Quer dizer, tem que haver o salário mínimo, tem que haver o reajuste. No meu governo, com toda dificuldade, nunca houve reajuste menor do que a inflação.
— Seria uma desvinculação parcial.
— Isso para beneficiar. E para beneficiar quem? Os trabalhadores do setor privado.
— Em maio, na definição do salário mínimo, isto já estará definido?
— Imagino que sim. Mas vamos deixar bem claro, porque senão dá impressão que estão querendo voltar ao passado, que você não corrige o salário do aposentado. Isso é inviável.
— E os servidores, não vão ter aumento?
— Pode ser um bom ponto também. Eu ouço com frequência que o governo nunca alterou o salário dos servidores.
— São cinco anos sem reajuste...
— Só que não é verdade. É só pegar quanto se pagava em 94 e comparar com 99. Vai se ver que sempre está aumentando. Por que está aumentando? Porque nós cortamos aqueles aumentos automáticos, ou quase todos. Está aumentando setorialmente. Por isso que não tem tido greve. Houve reajuste de salário de militar, de diplomata, de professor, de funcionário da receita, de funcionário da polícia, de funcionário da previdência. Então é uma tese equivocada, porque senão os sindicatos já teriam ganho essa parada, se há cinco anos não tivesse reajuste.
— E a classe média, quando deixará de ser penalizada?
— Qual classe média? Não dá para dizer: perdeu a classe média. Não é verdade. Nós tínhamos no Brasil uma classe média tradicional. A mais tradicional era aquela classe alta que caiu. Depois tivemos aquela formada pelo funcionalismo, o médico, o professor, o engenheiro. Tem a classe média emergente, ligada ao mercado, à empresa. Tente olhar esses dados para ver qual classe média está ganhando e qual está perdendo. A classe média ligada ao mercado, a que está em posições de mobilidade ascendente, a que está ligada aqui no Rio de Janeiro à indústria de petróleo, à indústria

de energia, a automóveis, não está perdendo. A que está ligada ao funcionalismo talvez, relativamente, sim, porque no conjunto, o setor público está mais danificado. São afirmações que quando você vai ver analiticamente não se sustentam.
— Traduzindo, presidente, haveria uma diferença entre a coisa e a aparência da coisa?
— Eu não tenho dúvida. Um diferença enorme. Quantos presidentes têm mantido, como eu mantive, a linha do governo? Contra a opinião pública. Quando eu achei que tinha que mudar, mudei. Quem foi que mudou a linha do câmbio? Não fui eu? Quem foi que viu que não dava para continuar quando eu mudei, escolhendo outro presidente do Banco Central, não fui eu? Quem chamou, que demitiu, não fui eu? Quem demitiu um amigo, como é o caso do Clóvis Carvalho (ex-chefe da Casa Civil e ex-ministro do Desenvolvimento), não fui eu? Então essa história é conversa fiada. Simplesmente eu não faço disso manchete de jornal. Porque eu acho errado. Agora eu acompanho as coisas todas, os que estão perto de mim sabem que eu acompanho tudo. Das áreas que eu acho importantes eu sei quase os detalhes do que está acontecendo e discuto. E às vezes finjo que não vejo, que é o meu estilo. Não é que eu não tome a decisão e não dê o rumo. O rumo eu dei sempre.
— Por que o senhor não demitiu o ministro Elcio Alvares?
— Porque não havia razão para demitir o Elcio Alvares.
— O senhor não vai demitir-lo?
— Não, não. Eu não vi nenhuma razão para demitir o Elcio Alvares. O que ele fez de errado? E eu tenho que pensar não só no Elcio Alvares, também no Ministério da Defesa, que também foi uma coisa que foi feita do meu jeito. Mas foi feito.
— O brigadeiro Walter Bräuer saiu porque fez críticas ao Ministro da Defesa?
— Olha aqui, porque foi demitido um dos meus melhores amigos, um leal servidor, pessoa por quem eu tenho muito respeito, o Clóvis Carvalho? Já o brigadeiro Bräuer, eu tenho certeza de que ele foi de boa fé no comentário dele. Aliás, o comentário correto. Agora, contraposto como foi na mídia... fica impossível, ou muda ele, ou o ministro cai. Agora, você tem um ministério enorme, o Ministério da Defesa, um civil, você diz: derrubo o ministro porque o outro fez uma crítica... não dá para governar.
— Como o senhor vê certas tentativas de politizar a questão militar?
— Porque política, em parte, é teatro. Mas algumas pessoas pensam que é só teatro, alguns analistas pensam que é só teatro. Esse é um fato como outro qualquer, está no centro da discussão como amanhã estará a economia, o transporte, o turismo...

— Na anistia eleitoral que o Congresso se concedeu, o senhor vetou e ficou com a opinião pública, contra o Congresso. Foi uma das raras vezes...
— Para mim não é questão de ficar com a opinião pública e contra o Congresso. Eu preferiria que o Congresso ficasse com a opinião pública. Eu fico, quando eu acho que tenho que ficar.
— Na anistia eleitoral que o Congresso se concedeu, o senhor vetou e ficou com a opinião pública, contra o Congresso. Foi uma das raras vezes...
— Se está sob sigilo, tem pena...
— Não tem pena não. Não tinha pena nem para passar informações que prejudicam.
— Mas até o Código Civil deve ter regulamento para isto...
— Não tem penas funcionais para as pessoas.
— O senhor é a favor dessa lei?
— Eu acho que o funcionário que está numa investigação ainda não concluída não pode passar informações que prejudicam.
— Então, o senhor sanciona essa lei?
— Eu não sei como ela vem, eu tenho que lê-la, mas depende do limite dessas coisas. É preciso ter bom senso. Agora, tem muitos casos aí que se pegou o indício e transformou o indício em acusação. Que a própria imprensa faça isso não é problema. Agora, o Estado não pode, o Estado tem que ter compostura.
— O senhor quer o parlamentarismo?
— Há várias correntes que querem. Mas o governo não se move nessa direção.
— O PSDB quer...
— É do programa.
— Há pessoas do PMDB e do PFL com essa solução emergencial. O senhor aceitaria isso como uma solução?
— Eu não vejo que haja necessidade agora.
— E por que não o parlamentarismo?
— Qual é a minha questão? Primeiro, que é preciso ter um plebiscito. Qual é a base, a legitimidade político-moral para mexer nisso? Tudo bem, referendo, é possível. Tem que submeter a uma consulta popular. É muito difícil submeter à consulta popular sem ter um debate antes, que não é um debate casuístico. Em 2002, vão dizer, o presidente Fernando Henrique quer ficar. Isso vai contaminar negativamente essa possibilidade do debate.
— Com os partidos atuais é possível fazer parlamentarismo?
— Sem uma modificação do sistema partidário, vamos ter caudilhos mandando no Congresso. Vai ter cacique mandando no Congresso, não vai ser parlamentarismo no sentido partidário. Não vai ter um avanço.
— Mas já não é assim?
— Hoje é assim, com o contrapeso do presidente. O problema que nós temos é um sistema em que o Congresso é forte no Brasil, sempre foi, e não há partidos fortes. O mesmo movimento eleitoral que leva a eleger o presidente, vota para o Congresso sem sintonia com esse presidente.
— No parlamentarismo se governa muito mais com o Congresso.
— Nós estamos hoje num sistema parlamentarizado, vamos dizer assim. Os ministros vão muito ao Congresso, já existe um diálogo muito mais fluido. Mas o Congresso continua



POLÍTICA
“Política, em parte é teatro. Mas algumas pessoas pensam que é só teatro, alguns analistas pensam que é só teatro.”

— No caso do senador Humberto Lucena o senhor ficou contra a opinião pública e não vetou a anistia.
— Mas foi diferente. Eu fiquei convencido de que o Lucena não tinha culpa. Aqui é diferente. Aqui você tem algo que me preocupa, a impunidade. Se o Estado brasileiro for para essa direção, você vai ver, já, já, aparece um aventureiro tomando conta da República. Porque desmoraliza, você não pode deixar a sensação de impunidade.
— Não é parte da elite brasileira expando o sentimento de impunidade?
— É, se expõe. Muita gente me aconselhou a não vetar.
— Quem?
— Não vou dizer. Eu nem sabia que essa coisa estava andando, porque se eu soubesse teria evitado que chegasse até a mim. Há momentos em que as pessoas tomam decisões que não são muito pensadas.
— O senhor acha que sua decisão vai ter reflexo nas votações da convocação extraordinária do Congresso?
— Certamente. Pode ser que tenha, mas eu acho que o custo maior seria o contrário. Eu acho que há uma coisa institucional nisso. Eu anulo a ação da Justiça Eleitoral? Eu posso até estar beneficiando a mim próprio, haverá processo não julgados ainda... como é que eu vou me arriscar a beneficiar a mim mesmo?
— E a “Lei da Mordaca”?
— Eu acho que está havendo confusão com essa “Lei da Mordaca”. A imprensa tem que ser livre, tem que ter todo acesso e ninguém pode impedir isso. Mas o funcionário que tiver de posse de dado sigiloso não pode abrir o dado. Não é que você não possa descobrir, as audiências são públicas, podem veicular à

vontade. Agora, o funcionário tem uma informação que está sob sigilo, está em investigação ainda, pega o telefone e telefona para dizer: oh, tem tal coisa. Antes de apurar?
— Se está sob sigilo, tem pena...
— Não tem pena não. Não tinha pena nem para passar informações que prejudicam.
— Mas até o Código Civil deve ter regulamento para isto...
— Não tem penas funcionais para as pessoas.
— O senhor é a favor dessa lei?
— Eu acho que o funcionário que está numa investigação ainda não concluída não pode passar informações que prejudicam.
— Então, o senhor sanciona essa lei?
— Eu não sei como ela vem, eu tenho que lê-la, mas depende do limite dessas coisas. É preciso ter bom senso. Agora, tem muitos casos aí que se pegou o indício e transformou o indício em acusação. Que a própria imprensa faça isso não é problema. Agora, o Estado não pode, o Estado tem que ter compostura.
— O senhor quer o parlamentarismo?
— Há várias correntes que querem. Mas o governo não se move nessa direção.
— O PSDB quer...
— É do programa.
— Há pessoas do PMDB e do PFL com essa solução emergencial. O senhor aceitaria isso como uma solução?
— Eu não vejo que haja necessidade agora.
— E por que não o parlamentarismo?
— Qual é a minha questão? Primeiro, que é preciso ter um plebiscito. Qual é a base, a legitimidade político-moral para mexer nisso? Tudo bem, referendo, é possível. Tem que submeter a uma consulta popular. É muito difícil submeter à consulta popular sem ter um debate antes, que não é um debate casuístico. Em 2002, vão dizer, o presidente Fernando Henrique quer ficar. Isso vai contaminar negativamente essa possibilidade do debate.
— Com os partidos atuais é possível fazer parlamentarismo?
— Sem uma modificação do sistema partidário, vamos ter caudilhos mandando no Congresso. Vai ter cacique mandando no Congresso, não vai ser parlamentarismo no sentido partidário. Não vai ter um avanço.
— Mas já não é assim?
— Hoje é assim, com o contrapeso do presidente. O problema que nós temos é um sistema em que o Congresso é forte no Brasil, sempre foi, e não há partidos fortes. O mesmo movimento eleitoral que leva a eleger o presidente, vota para o Congresso sem sintonia com esse presidente.
— No parlamentarismo se governa muito mais com o Congresso.
— Nós estamos hoje num sistema parlamentarizado, vamos dizer assim. Os ministros vão muito ao Congresso, já existe um diálogo muito mais fluido. Mas o Congresso continua

com aquele problema para cuja solução se propôs o parlamentarismo, ou seja, ser responsável. Nesse momento a melhor situação para o Congresso é a atual, onde o Congresso tem muita força, e não assume a responsabilidade do governo.
— O senhor acha que isto precisa mudar?
— Ah, eu acho que precisa. Mas para caminhar na direção do parlamentarismo, é preciso caminhar na direção de modificação das leis partidárias e também do sistema eleitoral.
— A defesa dessa tese seria um plano seu para depois da saída da Presidência?
— Depois, ou mesmo durante, desde que não haja confusão com objetivos políticos meus. Se o parlamentarismo numa discussão, para o público, for transformado em “vamos dar mais poderes para esses que estão aí”, ele vai perder. Quer dizer, o povo vai votar mais uma vez pelo presidencialismo.
— O senhor não quer ficar mais um período no governo?
— Não. Absolutamente não.
— Como se faz para iniciar as mudanças nas regras políticas?
— Para o povo poder apoiar uma política parlamentarista, uma nova atitude, é preciso que haja um novo Congresso, fortalecer a representação.



LEI DA MORDACA
“Eu acho que o funcionário que está numa investigação, que ainda não está concluída, não pode passar informações que prejudicam.”

— Por onde começar?
— Por exemplo, cláusula de desempenho, a proibição de coligação partidária no voto proporcional, isso tudo vai fortalecendo o sistema. Por quê? Não se cria um sistema partidário por decreto. O partido tem que ter um enraizamento, uma história. Nós temos 17 partidos. Será que temos? O que conta no Congresso? Lá existe realmente o PFL, o PMDB, o PT, o PSDB. Tem quatro.
— A reforma tributária foi para o espaço?
— Pelo contrário, avançou muito. Estamos a ponto de chegar a um acordo.
— As divergências foram resolvidas?
— Está praticamente tudo resolvido.
— O que fez aquela primeira fase transcorrer daquela forma?
— Faltou por parte do governo mais condu-

ção do processo. E por quê? Porque o governo sempre teve receio de que no final a União perca. A experiência da Constituinte foi traumática, ali houve a união de todos contra a União.
— Vai haver extinção de ministérios?
— Este é um passo político, mas as soluções já são outras. As agências hoje têm muito mais poder que os ministérios. Na outras áreas, como Saúde e Educação, a transformação é diferente: é a retirada do poder de influência do clientelismo.
— O senhor fala da agenda social, mas será que na Saúde não está havendo mais propaganda do que resultados concretos?
— Não acho isso não. Veja os números. A mortalidade infantil caiu, foi mudado o critério de distribuição de recursos, mudos muito mais ênfase à medicina preventiva do que à medicina curativa.
— É verdade que o senhor anda dizendo que o ministro José Serra é candidatíssimo?
— Eu não ando dizendo nada disso, mas acho que ele deve ser.
— Candidato a quê?
— Ah não, não sei a quê. Acho que a governadora de São Paulo, seguramente.
— É a Presidência?
— Isso eventualmente. Porque ainda é cedo para isso.
— O senhor vai mesmo se envolver na sua sucessão?
— Assim como aceitei a reeleição, e o fundamento político para se aceitar a reeleição é achar que tem que se manter uma certa linha. Só quem não foi presidente ou quem não conhece o que é a vida de um presidente imagina que o sujeito está feliz da vida e quer ficar não sei mais quantos anos naquela mesma função que é bastante cansativa. Se ele aceita, e não é meramente por hedonismo, é porque acredita no caminho. Ora, se eu acredito nesse caminho por reeleição, eu tenho que continuar acreditando na sucessão. Foi isso que eu disse. Quando chegar o momento, não se justificará eu ficar de braços cruzados.
— O senhor tem falado que vai deixar a política... ficar com seus livros...
— Mas é sincero. Isso não quer dizer que eu não possa ter influência pública, fazer política. Mas não política partidária, não eleitoral.
— E a tese de aprovação do senador vitalício?
— Eu sou favorável. Não estou propondo, acho descabido neste momento. Iriam me entender mal.”

REFORMA TRIBUTÁRIA
“Avançou muito. Estamos a ponto de chegar a um acordo.”

SENADOR VITALÍCIO
“Eu sou favorável. Não estou propondo, acho descabido neste momento. Iriam me entender mal.”